CLIPPING INTERNET

27/09/2022 ATÉ 27/09/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 DESEMBARGADOR
1.1 BLOG ANTÔNIO FILHO..... 1
2 ESMAM
2.1 SITE BARRA DO CORDA..... 2
3 POSSE
3.1 BLOG DO MINARD..... 3
4 PRESIDÊNCIA
4.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS..... 4
4.2 SITE MARANHÃO HOJE..... 5
5 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
5.1 SITE IMIRANTE.COM..... 6
5.2 SITE O MARANHENSE..... 7

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
27/09/2022 - BLOG AMARCOS NOTÍCIAS
POSITIVA
TJMA alinha com CNJ e Estado solução para novo Fórum de Imperatriz

TJMA alinha com CNJ e Estado solução para novo Fórum de Imperatriz

27/09/2022 19:38:46

Presidente Paulo Velten visitou local da obra em companhia do ministro Vieira de Mello Filho e os dois se reuniram em São Luís com representantes do governo estadual, TCE e PGJ.

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início a uma nova etapa de alinhamento de ações na busca de solução para o novo Fórum da Comarca de Imperatriz, cujas obras encontram-se paralisadas. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, esteve nesta segunda-feira (26) no município, onde encontrou-se com o ministro Vieira de Mello Filho, conselheiro do CNJ, para uma visita ao local. Ainda na segunda, ambos se reuniram com secretários do Governo do Estado. Na manhã desta terça-feira (27), nova reunião, desta vez com representantes do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria-Geral de Justiça.

O acordo preliminar, após as rodadas de negociação, prevê um reaproveitamento do projeto original, com acentuada redução de custos e uma licitação de reconfiguração para que o Tribunal possa finalizar, com recursos próprios, duas das cinco torres da obra, além de dois salões do júri no bloco central, se possível, até o final da atual gestão. Esta sugestão apresentada pelo desembargador Paulo Velten foi considerada louvável, e a mais adequada para o momento, por todos os participantes dos encontros realizados em dois dias consecutivos.

No encontro no Palácio dos Leões, surgiu a sugestão de criação de uma comissão, composta por membros do Executivo e do Judiciário, para avaliar qual a melhor destinação que pode ser dada às outras três torres inacabadas. Proposta esta que será apresentada ao governador Carlos Brandão. Já o encontro desta terça contou com a participação do presidente do TCE/MA, Joaquim Washington Luiz de Oliveira, do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e do procurador-geral do Estado, Valdênio Caminha, para também tratarem do tema.

IN LOCO

Conselheiro do CNJ, o ministro Vieira de Mello Filho é o relator do Conselho no processo relacionado às obras do novo Fórum de Imperatriz. A decisão de conhecer in loco a atual situação do prédio partiu do próprio conselheiro, depois de receber o presidente do TJMA em Brasília, onde o desembargador Paulo Velten fez uma exposição completa do atual estágio da construção.

O ministro Vieira de Mello Filho entende que é fundamental, para a solução do problema, a união de todos os poderes do Estado. Ele elogiou o congraçamento em torno de uma proposta para solucionar uma questão que venha beneficiar a sociedade e superar a situação que existe em Imperatriz, com uma posição vantajosa para a sociedade e para o Estado.

"E, de mãos dadas, encontrarmos uma saída técnica, que é essa que está sendo construída agora para a recuperação daquele prédio, para o atendimento da sociedade e também para o aproveitamento do Estado", acrescentou.

O conselheiro destacou que o CNJ tem competência fiscalizatória, administrativa, financeira e disciplinar em relação à situação.

PRÓXIMOS PASSOS

O desembargador Paulo Velten disse que os próximos passos serão o registro da alteração do projeto, mais apropriado com a realidade do orçamento do TJMA, com redução de custos, adaptação e atualização de todos os subprojetos da obra. Em seguida, será preparado o termo de referência do projeto básico para dar início à licitação, com propósito de realizar isso ainda este ano.

O presidente do TJMA esclareceu que os dois blocos serão suficientes para acomodar as 20 unidades hoje instaladas em Imperatriz, incluindo os Juizados Especiais, e ainda com espaço de sobra para, futuramente, a instalação de outras cinco unidades já criadas por lei.

Para as três demais torres, que são secundárias, o presidente disse que elas poderão ser concluídas a médio ou longo prazo, se possível, com o apoio do Governo do Maranhão, que receberá contrapartidas. O desembargador disse que o TJMA está aferindo quais serão essas contrapartidas.

ÓRGÃO ESPECIAL

O presidente do TJMA informou que essa proposta de retomada da obra será levada para o Órgão Especial, para que dê a autorização necessária para implementar o passo a passo de retomada dessa obra importante para o Judiciário e para os magistrados e magistradas de Imperatriz, que atualmente trabalham numa unidade que está no seu limite de ocupação.

"O nosso compromisso é dar sequência, concluir essa obra, que foi iniciada há mais de dez anos e estava embargada há outro tanto de tempo. E, agora, por acordo presidido pelo CNJ, está pronta para ser retomada. Com o apoio de todos, em especial dos colegas do Tribunal, esperamos concluir", reforçou Paulo Velten.

PRIMEIRA REUNIÃO

O presidente Paulo Velten se reuniu, em Imperatriz, com o ministro Vieira de Mello Filho, o juiz auxiliar da Presidência Nilo Ribeiro, juízes e juízas da Comarca, além da equipe de engenharia do Tribunal, quando explicou alternativas a serem tomadas para conclusão da obra. Nesta exposição inicial, o desembargador disse que a intenção, após a reestruturação do projeto, é dar início o mais rápido possível ao processo licitatório.

"Fazer bem e depressa é hoje o grande desafio do Poder Judiciário", resumiu, dizendo que a atual gestão vai buscar melhorar ao máximo a infraestrutura do Judiciário, para colocar sobre ela a superestrutura que se

espera e, desta forma, os juízes(as) e servidores(as) de Imperatriz - agora uma comarca de entrância final - terão condições de fazer uma entrega jurisdicional mais adequada.

PARCERIA COM GOVERNO

No Palácio dos Leões, na companhia da secretária do Trabalho e Economia Solidária, Lília Souza, o secretário da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Estado, Pedro Chagas, disse ser importante buscar a harmonia entre Judiciário e Executivo e sugeriu a criação de uma comissão mista para tratar do tema. O procurador-geral do Estado, Valdênio Caminha, também acredita na disposição do Estado para estreitar os laços e construir uma saída para a situação.

ENCONTRO NO TJMA

No encontro na sede do TJMA, nesta terça-feira (27), também com a participação do conselheiro-substituto do TCE/MA Melquizedeque Nava Neto, o presidente do TJMA e o conselheiro do CNJ conversaram com os representantes da Procuradoria Geral de Justiça, TCE e Procuradoria Geral do Estado, que ficaram satisfeitos com a proposta.

"Ao mesmo tempo que nós vamos dar andamento para que o Fórum de Imperatriz fique pronto, também vamos apurar, para ver de quem foi a responsabilidade", disse o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau.

"Acho que essa reunião das instituições, todos aqui, ela dá uma segurança a que essa situação seja resolvida, satisfatoriamente, em favor do interesse do povo do Maranhão", acrescentou o presidente do TCE/MA, Joaquim Washington Luiz de Oliveira, ao afirmar que o TCE também vai acompanhar o passo a passo da retomada.

ACORDO

No início de junho, o desembargador Paulo Velten aproveitou uma viagem a Imperatriz para visitar obras, na condição de governador em exercício do Estado, e esteve na obra do novo fórum para verificar a situação. Na ocasião, o então presidente licenciado do Tribunal lembrou do acordo feito com o CNJ, com a participação do TCE/MA, para a retomada da construção. Uma equipe de engenharia do TJMA foi enviada ao município para elaboração de um laudo.

Imperatriz, segundo município mais populoso do estado, a 630 km de São Luís, com 259.980 habitantes, segundo dados do IBGE em 2021, está localizado no Sudoeste maranhense.

Da Assessoria do TJMA

JUIZ JAIRON FERREIRA DE MORAIS É TITULARIZADO NO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR

ESSE MOMENTO AQUI É MAIS UM PASSO IMPORTANTE NESSA TRAJETÓRIA QUE JÁ DURA QUASE 20 ANOS. MEUS AGRADECIMENTOS A TODOS VOCÊS, DISSE O MAGISTRADO.

A solenidade teve a presença de vários magistrados.
O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe, deu posse na manhã desta segunda-feira (26), no Gabinete da Presidência, ao juiz auxiliar de entrância final, Jairon Ferreira Morais, na 3ª Vara do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís.

O desembargador Ricardo Duailibe parabenizou o juiz Jairon Ferreira de Morais desejando sucesso nessa nova trajetória.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros, presente na solenidade, disse que, para os magistrados, é uma honra muito grande e que, com essa titularização, ganha toda a magistratura, todo o Judiciário do Maranhão que terá um colega do mais alto gabarito.

“Desejamos ao Jairon que essa etapa seja mais um incentivo, mais um estímulo para que ele consiga trilhar essa trajetória tão dura, tão difícil que é a magistratura estadual. Seja muito feliz nessa nova etapa. Conte com todos nós e tenha sempre o nosso apoio”, concluiu o juiz Holídice.

O juiz Jairon Ferreira de Morais disse que essa titularização vem como um coroamento de um processo que começou com uma grande caminhada. “Sirvo esse Tribunal há mais de 20 anos pois fui assessor do desembargador aposentado Vicente Ferreira Lopes”, comentou.

“Estar aqui agora é motivo de gratidão a Deus, à minha família. Hoje tenho o mesmo entusiasmo de quando entrei em 2003, o tempo não me roubou esse amor à magistratura. Não me vejo fazendo outra coisa. Esse momento aqui é mais um passo importante nessa trajetória que já dura quase 20 anos. Meus agradecimentos a todos vocês”, finalizou.

CARREIRA

O juiz Jairon Ferreira de Morais entrou na magistratura em 2003, como juiz titular na Comarca de São Vicente Férrer, permanecendo até 2007 onde foi removido para a Comarca de Humberto de Campos. Em seguida, foi promovido para a de Vitorino Freire, permanecendo por 10 anos. Em setembro de 2017 foi promovido para a Comarca da Ilha de São Luís permanecendo como juiz auxiliar até esta data.

SOLENIDADE

Participaram da solenidade de titularização, o desembargador José Gonçalo Filho, os juízes Gladiston Cutrim

(auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça - CGJ), Rodrigo Nina (coordenador do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciais -NAUJ), Tereza Nina (coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ), Pedro Pascoal (juiz auxiliar), Antonio Queiroga (juiz auxiliar), Paulo Ázar (juiz do trabalho, da 8ª região), advogados Emmanuel Cruz, George Azevedo, assessores e familiares.

foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

Agência TJMA de Notícias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
27/09/2022 - BLOG DO MINARD
POSITIVA
Comarca da Ilha de São Luís tem nova juíza

Comarca da Ilha de São Luís tem nova juíza

Publicado em 27 de setembro de 2022 às 18:00 | Comentar

Foto: TJMA
A juíza Rosa Maria da Silva Duarte foi empossada como juíza auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís, nesta terça-feira (27), em ato assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten.

A magistrada (titular da Vara da Família da Comarca de Timon) foi promovida, pelo critério de antiguidade, para a entrância final, na sessão administrativa do Órgão Especial do dia 21 de setembro.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que a magistrada Rosa Maria vai começar nova etapa na carreira, com novo vigor, nova disposição e que será sempre bem acolhida por todos. “O Tribunal de Justiça fica de portas abertas para atendê-la no que for preciso. E seguiremos em frente com nossa missão”, concluiu.

Rosa Maria Duarte entrou na magistratura em 1998, como juíza titular na Comarca de Riachão, foi para a de Presidente Dutra, por permuta, ficando por oito anos. Em seguida, foi para a Comarca de Timon permanecendo por 12 anos até esta data.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
27/09/2022 - SITE BARRA DO CORDA
POSITIVA
Judiciário maranhense promoverá palestra sobre ética ambiental

Judiciário maranhense promoverá palestra sobre ética ambiental

Ribamar Guimarães by Ribamar Guimarães 26 de setembro de 2022
Judiciário maranhense promoverá palestra sobre ética ambiental
O momento será destinado a magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Maranhão, e à comunidade jurídica maranhense.

O Judiciário Maranhense, por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental e Escola Superior da Magistratura (ESMAM), promoverá a palestra "Ética Ambiental", dia 7 de outubro, às 9:30h. O momento será realizado no Auditório da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA) e transmitido pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no YouTube – TJMA oficial.

A palestra será ministrada pelo jurista José Renato Nalini, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), conferencista e palestrante com dezenas de livros publicados, como "Ética Ambiental".

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 3 de outubro. Para participar de forma presencial, os interessados e interessadas devem se inscrever pelo Sistema Tutor (público interno), e por meio de formulário (público externo). Na modalidade presencial, foram reservadas 30 vagas para magistrados(as), 40 para servidores(as) e 80 para o público externo.

Já a participação à distância, modalidade exclusiva para o público das comarcas do interior, pode ser garantida aqui. O formato adotado tem a finalidade de contemplar tanto o corpo funcional da capital quanto das comarcas dos demais municípios do Maranhão.

A certificação de participação no evento será emitida pela ESMAM para o público presencial da capital e para público a distância exclusivamente das comarcas do interior.

PERFIL

José Renato Nalini é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, mestre e doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Foi desembargador do TJSP, promotor de Justiça e secretário de educação do Estado de São Paulo. Nalini é o atual Reitor da Universidade Corporativa dos Registros de Imóveis (UniRegistral), professor universitário, conferencista e palestrante com dezenas de livros publicados, como "Ética Ambiental".

Agência TJMA de Notícias
asscom@tjma.jus.br

Conciliação Itinerante movimenta mais de R$ 1,8 milhão em acordos

Iniciativa do TJ/MA ocorreu nos municípios de Colinas, Mirador, Pastos Bons, São João dos Patos e Passagem Franca.
Imirante.com

27/09/2022 às 08h30
Conciliação Itinerante garante acesso da população à Justiça para resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva
Conciliação Itinerante garante acesso da população à Justiça para resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva (Divulgação)
SÃO LUÍS - As 336 audiências realizadas pela Conciliação Itinerante, promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), no período de 19 a 23 deste mês, nos municípios de Colinas, Mirador, Pastos Bons, São João dos Patos e Passagem Franca, resultou na efetivação de mais de R$ 1,8 milhão em acordos.

A iniciativa foi promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), com o intuito de ampliar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva.

Um dos casos que teve solução foi o de Geraldo Viana da Costa e Francilene da Silva Costa, que após 33 anos separados conseguiram oficializar o divórcio, durante a Conciliação Itinerante, em Passagem Franca. Eles alegaram que ainda não haviam se divorciado em virtude dos altos custos. Como o ato oferecido pela Conciliação é 100% gratuito, eles aproveitaram a oportunidade. O companheiro atual de Francilene da Silva, Antônio Batista, também participou do evento.

A lavradora Silvanete Pereira também aproveitou a oportunidade para conciliar, obtendo um acordo de cumprimento de sentença para partilha de bens, com o ex-marido. “Estou muito satisfeita com esse evento da Justiça. Fizemos um bom acordo”, expressou.

Durante o projeto, cidadãos e cidadãs resolveram diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras.

Justiça de proximidade

Esta edição da Conciliação Itinerante foi inserida nas atividades do programa Justiça de Proximidade, do Poder Judiciário do Maranhão, que também realizou ações nas comarcas, durante a última semana, sob a iniciativa da Presidência do Tribunal de Justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acompanhou as ações da Conciliação, nas comarcas de

Mirador e Passagem Franca, e parabenizou o Nupemec/TJMA, pelo trabalho realizado. “O Núcleo de Conciliação tem desenvolvido um trabalho importantíssimo, extraordinário, com grande capilaridade social, recebendo as pessoas que estão com seus processos ou pessoas que ainda pensam ou têm a pretensão de deduzir suas demandas e que, às vezes, não precisam fazer isso porque conseguem abreviar os seus conflitos de interesses, encontrando através da conciliação, bem conduzida por nossos técnicos, a possibilidade da harmonia e da satisfação dessa pretensão, sem a necessidade do processo judicial”, pontuou.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, ressaltou a importância e o alcance social do projeto, enfatizando os expressivos resultados alcançados, e agradeceu às instituições parceiras pelo empenho. “Ficamos muito felizes com a realização desse grande evento da Justiça, em cinco municípios maranhenses, e com os resultados alcançados. Agradecemos a todas as instituições parceiras, a todos e a todas que se empenharam nesse projeto em benefício da população”, destacou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
27/09/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Tribunal de Justiça alinha solução para construção do novo Fórum de Imperatriz com CNJ e o Estado

Tribunal de Justiça alinha solução para construção do novo Fórum de Imperatriz com CNJ e o Estado

Presidente visita local da obra em companhia do ministro Vieira Filho
O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início a uma nova etapa de alinhamento de ações na busca de solução para o novo Fórum da Comarca de Imperatriz, cujas obras estão paralisadas. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, esteve nesta segunda-feira (26) no município, acompanhado do ministro Vieira de Mello Filho, conselheiro do CNJ, para uma visita ao local, e nesta teve nova reunião, desta vez com representantes do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria-Geral de Justiça.

O acordo preliminar, após as rodadas de negociação, prevê um reaproveitamento do projeto original, com acentuada redução de custos e uma licitação de reconfiguração para que o Tribunal possa finalizar, com recursos próprios, duas das cinco torres da obra, além de dois salões do júri no bloco central, se possível, até o final da atual gestão. Esta sugestão apresentada pelo desembargador Paulo Velten foi considerada louvável, e a mais adequada para o momento, por todos os participantes dos encontros realizados em dois dias consecutivos.

No encontro no Palácio dos Leões, surgiu a sugestão de criação de uma comissão, composta por membros do Executivo e do Judiciário, para avaliar qual a melhor destinação que pode ser dada às outras três torres inacabadas. Proposta esta que será apresentada ao governador Carlos Brandão. Já o encontro desta terça contou com a participação do presidente do TCE/MA, Joaquim Washington Luiz de Oliveira, do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e do procurador-geral do Estado, Valdênio Caminha, para também tratarem do tema.

In loco – Conselheiro do CNJ, o ministro Vieira de Mello Filho é o relator do Conselho no processo relacionado às obras do novo Fórum de Imperatriz. A decisão de conhecer in loco a atual situação do prédio partiu do próprio conselheiro, depois de receber o presidente do TJMA em Brasília, onde o desembargador Paulo Velten fez uma exposição completa do atual estágio da construção.

O ministro entende que é fundamental, para a solução do problema, a união de todos os poderes do Estado. Ele elogiou o congraçamento em torno de uma proposta para solucionar uma questão que venha beneficiar a sociedade e superar a situação que existe em Imperatriz, com uma posição vantajosa para a sociedade e para o Estado.

O conselheiro destacou que o CNJ tem competência fiscalizatória, administrativa, financeira e disciplinar em relação à situação.

Próximos passos – Paulo Velten disse que os próximos passos serão o registro da alteração do projeto, mais apropriado com a realidade do orçamento do TJMA, com redução de custos, adaptação e atualização de todos os subprojetos da obra. Em seguida, será preparado o termo de referência do projeto básico para dar início à licitação, com propósito de realizar isso ainda este ano.

O presidente do TJMA esclareceu que os dois blocos serão suficientes para acomodar as 20 unidades hoje instaladas em Imperatriz, incluindo os Juizados Especiais, e ainda com espaço de sobra para, futuramente, a instalação de outras cinco unidades já criadas por lei.

Para as três demais torres, que são secundárias, o presidente disse que elas poderão ser concluídas a médio ou longo prazo, se possível, com o apoio do Governo do Maranhão, que receberá contrapartidas. O desembargador disse que o TJMA está aferindo quais serão essas contrapartidas.

A proposta de retomada da obra será levada para o Órgão Especial, a fim de que dê a autorização necessária para implementar o passo a passo de retomada dessa obra importante para o Judiciário e para os magistrados e magistradas de Imperatriz, que atualmente trabalham numa unidade que está no seu limite de ocupação.

Conciliação Itinerante movimenta mais de R$ 1 milhão e 800 mil em acordos

27/09/2022 05:05:00

Com o intuito de ampliar o acesso da população à Justiça e resolver conflitos de forma rápida, gratuita e efetiva, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu, no período de 19 a 23 de setembro, a Conciliação Itinerante, nos municípios de Colinas, Mirador, Pastos Bons, São João dos Patos e Passagem Franca.

A edição movimentou R$ 1.859.639,43, com 73,51% de acordos, num total de 336 audiências realizadas e 247 acordos entre as partes. Desse universo, foram registradas 55 sessões por videoconferência e 281 presenciais.

A iniciativa foi promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

Durante o projeto, cidadãos e cidadãs resolveram diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras.

JUSTIÇA DE PROXIMIDADE

Esta edição da Conciliação Itinerante foi inserida nas atividades do programa Justiça de Proximidade, do Poder Judiciário do Maranhão, que também realizou ações nas comarcas, durante a última semana, sob a iniciativa da Presidência do Tribunal de Justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acompanhou as ações da Conciliação, nas comarcas de Mirador e Passagem Franca, e parabenizou o Nupemec/TJMA, pelo trabalho realizado. "O Núcleo de Conciliação tem desenvolvido um trabalho importantíssimo, extraordinário, com grande capilaridade social, recebendo as pessoas que estão com seus processos ou pessoas que ainda pensam ou têm a pretensão de deduzir suas demandas e que, às vezes, não precisam fazer isso porque conseguem abreviar os seus conflitos de interesses, encontrando através da conciliação, bem conduzida por nossos técnicos, a possibilidade da harmonia e da satisfação dessa pretensão, sem a necessidade do processo judicial", pontuou.

CONCILIAÇÃO

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, ressaltou a importância e o alcance social do projeto, enfatizando os expressivos resultados alcançados, e agradeceu às instituições parceiras pelo empenho. "Ficamos muito felizes com a realização desse grande evento da Justiça, em cinco municípios

maranhenses, e com os resultados alcançados. Agradecemos a todas as instituições parceiras, a todos e a todas que se empenharam nesse projeto em benefício da população", destacou.

O coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Marcelo Oka, enfatizou a relevância da iniciativa para a sociedade. "Esse é um momento muito importante de integração entre os Poderes em prol da sociedade. Afinal, é um direito da população e um dever nosso", frisou.

PARCERIA

A juíza titular de Passagem Franca, Verônica Tristão Rodrigues, destacou o alcance social dos projetos promovidos pelo Judiciário na comarca, em parceria com diversas instituições. "O Tribunal de Justiça fez questão de estar presente em nossa comarca, apesar da distância, para nos aproximar dos setores do Judiciário e da população. Estamos, aqui, integrados para solucionar os conflitos da nossa comunidade. Esses projetos são muito importantes para a Justiça e, principalmente, para a sociedade", afirmou.

O prefeito de Passagem Franca, Marlon Torres, parabenizou a Justiça maranhense pela realização dos projetos Justiça de Proximidade e Conciliação Itinerante, na cidade. "Com esses projetos da Justiça e a oferta de inúmeros serviços gratuitos, o Judiciário irá melhorar muito a vida da nossa população. Com o fortalecimento desta parceria, quem ganha é a sociedade de Passagem Franca", afirmou.

O promotor de Justiça de Colinas, Arão Carlos Lima Castro, enalteceu o projeto Conciliação Itinerante. "Estou admirado com esse projeto, extremamente exitoso, porque além de desafogar a Justiça, traz para as comarcas a ideia de cidadania, que o Judiciário está perto da população", frisou.

A advogada Verônica Cardoso, militante da comarca de Passagem Franca, também destacou a importância da ação. "O Tribunal de Justiça exerce um papel social muito importante para a nossa comarca, ao trazer um grande evento para a nossa comunidade, que é tão carente. A conciliação foi um verdadeiro sucesso, pois conseguimos resolver muitos processos que poderiam perdurar por anos. O Poder Judiciário está de parabéns! Esperamos ser contemplados com esse projeto mais vezes", disse.

ACORDO

Geraldo Viana da Costa e Francilene da Silva Costa, após 33 anos separados, conseguiram oficializar o divórcio, durante a Conciliação Itinerante, em Passagem Franca. Eles alegaram que ainda não haviam se divorciado em virtude dos altos custos. Como o ato oferecido pela Conciliação é 100% gratuito, eles aproveitaram a oportunidade. O companheiro atual de Francilene da Silva, Antônio Batista, também participou do evento.

A lavradora Silvanete Pereira também aproveitou a oportunidade para conciliar, obtendo um acordo de cumprimento de sentença para partilha de bens, com o ex-marido. "Estou muito satisfeita com esse evento da Justiça! Fizemos um bom acordo", expressou.

O post Conciliação Itinerante movimenta mais de R$ 1 milhão e 800 mil em acordos apareceu primeiro em O Maranhense.